



Bem-vindo à Componente de Compreensão Auditiva do Exame de Português Linguagem Económica.

Por favor, desligue o seu telemóvel e guarde-o.

Não é permitida a utilização de dicionários durante esta componente.

Antes da primeira audição, terá tempo para ler as perguntas.

Ouvirá cada texto duas vezes.

No fim desta componente, terá dois minutos para completar ou corrigir as suas respostas.

No final de cada pausa vai ouvir este sinal (“gong”).

Utilize apenas as folhas de exame para responder.

Só as respostas escritas nos espaços indicados para as mesmas serão aceites.

Utilize uma caneta azul.

Faça as correções necessárias de forma inequívoca, porque em cada caso apenas uma solução é aceite.

Recebeu um envelope contendo o seu exame e o seu código de barras.

Cole o código de barras no canto superior direito da folha de exame.

Não cole o código com o seu nome na folha de exame.

Abra o envelope agora.

Agora tem dois minutos para ver as perguntas.

PRIMEIRA PARTE

I. Com base no texto que ouviu, diga se as seguintes afirmações são VERDADEIRAS (V) ou FALSAS (F), marcando com um círculo a resposta correta. Há um exemplo assinalado com (0). **(5x1) 5 p.**

0. *A União Europeia pretende apoiar todas as empresas europeias em dificuldades.* **F**
1. Anualmente há cerca de 1,7 milhões de pessoas afetadas pelas dificuldades vividas por muitas empresas. **V F**
2. A UE propõe medidas de apoio às multinacionais. **V F**
3. As novas medidas visam a defesa dos investidores. **V F**
4. Um dos objetivos é evitar insolvências através de reestruturações precoces. **V F**
5. Os credores serão obrigados a conceder mais tempo para o cumprimento das dívidas. **V F**

II. Baseando-se no texto, responda às seguintes perguntas. Há um exemplo assinalado com (0). **(5x1) 5 p.**

0. *Que empresas a União Europeia pretende apoiar?*
Empresas europeias em dificuldades mas viáveis.
1. Que dificuldades enfrentam as empresas caso desejem proceder a uma reestruturação precoce?
.....
2. A divergência legislativa afeta negativamente diversos processos. Mencione 1.
.....
3. Que vantagens traria a harmonização legislativa em relação a este problema? Mencione 2.
.....
4. Qual o papel da Comissão Europeia neste projeto?
.....
5. Que medidas esperam a aprovação dos ministros dos diferentes países europeus?
.....

SEGUNDA PARTE

I. Com base no texto que escutou, escreva a informação em falta: (5x1) 5 p.
Há um exemplo assinalado com (0).

0. *A mãe de todas as 'fomes' é*

..... a cultura

1. Para além de empobrecer economicamente, Portugal corre o risco de

.....

2. Na opinião de José Eduardo Franco, o progresso depende

.....

3. A União Europeia ajudou Portugal a criar

.....

4. O objetivo do “*Manifesto contra a crise*” é

.....

5. A adesão à iniciativa será possível através

.....

II. Complete as frases com palavras do texto. (5x1) 5 p.
Há um exemplo assinalado com (0).

0. *A fome da cultura é araiz..... de todas as fomes.*

1. A fuga de uma parte da elite está a comprometer o futuro de Portugal.

2. Ao desaparecimento da „massa crítica” segue-se normalmente um período

3. O período atual pode ser comparado ao período da

4. Apesar de tomar uma clara posição política, o *Manifesto* não é

5. Inicialmente, a iniciativa contou com mais de 130



PRIMEIRA PARTE

I. Com base no texto que ouviu, diga se as seguintes afirmações são VERDADEIRAS (V) ou FALSAS (F), marcando com um círculo a resposta correta.

Há um exemplo assinalado com (0).

(5x1) 5 p..

1.	V
2.	F
3.	F
4.	V
5.	V

II. Baseando-se no texto, responda às seguintes perguntas.

Há um exemplo assinalado com (0).

(5x1) 5 p.

A resposta deve ser aceite se o significado for semelhante. Não é necessária a utilização das palavras da gravação.

1. Ou é impossível, ou é um processo pouco eficaz ou muito dispendioso.
2. As taxas de recuperação de dívidas de credores transnacionais. /As decisões de investimento. /A reestruturação de grupos de empresas. (*É necessária apenas uma resposta.*)
3. Redução dos riscos de investimento noutra país. /Melhoria da rendibilidade dos credores em caso de falência. /Possibilidade de os empresários beneficiarem de uma segunda oportunidade. (*São necessárias duas respostas.*)
4. Avaliar os progressos realizados e determinar a necessidade de adoção de novas medidas.
5. Medidas para a modernização das normas aplicáveis à insolvência transfronteiriça de empresas.

SEGUNDA PARTE

I. Com base no texto que escutou, escreva a informação em falta:

Há um exemplo assinalado com (0). (5x1) 5 p.

1. ... empobrecer culturalmente./ ... hipotecar o seu progresso. (*É necessária apenas uma resposta.*)
2. ... dos melhores jovens portugueses.
3. ... uma elite altamente qualificada.
4. ... tornar pública a relevância estratégica da ciência, da cultura e das artes para o futuro de Portugal.
5. ... da subscrição do *Manifesto*, que será disponibilizado numa plataforma pública.

II. Complete as frases com palavras do texto. Há um exemplo assinalado com (0). (5x1) 5 p.

1. intele(c)tual
2. recessivo
3. Inquisição
4. partidário
5. signatários

TRANSCRIÇÃO DOS TEXTOS

PRIMEIRA PARTE

União Europeia pretende dar uma segunda oportunidade às empresas europeias em dificuldade

A União Europeia definiu uma nova abordagem para ajudar empresas com dificuldades financeiras e dar uma segunda oportunidade a empresas viáveis.

Todos os anos, cerca de duzentas mil empresas em toda a União Europeia enfrentam a perspectiva de falência, o que tem um impacto significativo nos meios de subsistência de um milhão e setecentas pessoas. São necessárias medidas para assegurar que as empresas em dificuldade, mas suficientemente sólidas, tenham condições para se reestruturar numa fase precoce e manter-se em atividade.

A reforma das legislações nacionais em matéria de insolvência será benéfica para todos. Com efeito, uma abordagem mais coerente a nível da União Europeia não só protegerá as empresas viáveis e salvaguardará os respetivos postos de trabalho, mas reduzirá os riscos para os investidores, melhorará a rendibilidade dos credores e incentivará os investimentos transfronteiras.

A UE recomenda, pois, que os governos nacionais tomem medidas favoráveis à reestruturação das empresas viáveis numa fase precoce, em vez de as conduzir à liquidação como é frequentemente o caso. Entre as medidas propostas, figuram:

- primeiro: facilitar a reestruturação de empresas antes do início de um processo formal de insolvência;
- segundo: proporcionar às empresas em dificuldades a possibilidade de solicitar uma suspensão temporária até quatro meses antes de os credores poderem intentar ações executivas contra elas, com vista a permitir-lhes adotar um plano de reestruturação;
- e terceiro: dar quitação das dívidas dos empresários num período máximo de três anos após uma falência.

(pausa na gravação)

Atualmente, a reestruturação precoce não é possível em vários países da União Europeia. E, quando existe essa opção, os procedimentos são muitas vezes pouco eficazes ou bastante dispendiosos, o que reduz os incentivos para as empresas se manterem em atividade.

Estas discrepâncias entre legislações nacionais têm um impacto nas taxas de recuperação de dívidas de credores transnacionais, nas decisões de investimento e na reestruturação de grupos de empresas.

Uma abordagem mais coerente a nível da UE poderia reduzir os riscos de investimento noutra país e melhorar a rendibilidade dos credores em caso de falência. A harmonização da forma como as dívidas são geridas também permitirá aos empresários beneficiar de uma segunda oportunidade. Com efeito, os empresários falidos são geralmente mais bem-sucedidos numa segunda tentativa.

A União Europeia convidou os governos nacionais a tomarem medidas adequadas no prazo de um ano. A Comissão avaliará os progressos realizados e determinará se é necessário adotar novas medidas.

O Parlamento Europeu aprovou já um novo pacote de medidas para modernizar as normas aplicáveis à insolvência transfronteiriça de empresas. Estas medidas devem agora ser aprovadas pelos ministros dos vários países reunidos no âmbito do Conselho.

SEGUNDA PARTE

Manifesto contra a crise é apresentado hoje

"Portugal está a empobrecer duplamente. A fome de cultura é a raiz de todas as fomes. A prazo, estamos a hipotecar o nosso progresso porque estamos a expulsar, contra o nosso próprio interesse, os nossos melhores jovens para o estrangeiro, sem nada fazer para os fixar cá", disse ao Expresso o historiador José Eduardo Franco, 'pai' do projeto inicial do *Manifesto contra a crise*, que já foi assinado por mais de 130 artistas, escritores, investigadores e outros trabalhadores intelectuais.

"Considero que o aspeto mais positivo da nossa adesão à União Europeia foi a criação de uma elite altamente qualificada. E agora estamos a expulsá-los, e ao fazer isso estamos a contribuir para prejudicar irremediavelmente o país a prazo", acrescentou José Eduardo Franco: "Estamos a expulsar o nosso ouro. Daqui a uns anos vamos ter de os comprar se os quisermos cá ter de novo".

O *Manifesto contra a Crise – Compromisso com a Ciência, a Cultura e as Artes em Portugal* vai ser apresentado no dia 29, às 18h30, na Fundação Gulbenkian, em Lisboa, e pretende "tornar pública a relevância estratégica da ciência, da cultura e das artes para o nosso futuro, como comunidade política aberta e dinâmica". Nesse mesmo dia vai ser aberta uma plataforma pública para subscrição do *Manifesto*.

A ideia de fazer este *Manifesto* surgiu no âmbito de encontros organizados por um dos centros de investigação da Faculdade de Letras de Lisboa e pela Sociedade Portuguesa de Autores.

"Fomos interpelados por quem participa nestes encontros - uma plataforma com mais de 30 instituições no âmbito da cultura e da ciência - e decidimos tomar uma posição", disse ao Expresso Annabela Rita, da Faculdade de Letras de Lisboa.

(pausa na gravação)

"Temos de saber tirar lições da História, e esta mostra-nos que a saída de uma elite intelectual de um país corresponde sempre ao início de um ciclo recessivo, porque desaparece a massa crítica que pode contribuir para a construção" do país, acrescenta Annabela Rita.

José Eduardo Franco diz que "precisamos de um compromisso cultural das empresas. A situação que vivemos atualmente, pode ser comparada ao período da Inquisição e conseqüente expulsão dos judeus. Expulsámos a nossa melhor elite, e esse facto conduziu-nos a uma situação de atraso e desfasamento que se prolongou no tempo".

"Este *Manifesto* não é partidário. Mas é uma tomada de posição sobre a política cultural de construção do país. Este processo de empobrecimento que se vive atualmente não acontece só em Portugal. É internacional, e sentimos que as ciências humanas estão a sentir esse estrangulamento", disse Annabela Rita.

Os mais de 130 signatários iniciais do *Manifesto* criticam as políticas que levaram à "saída de portugueses qualificados do país, cerca de 20% de licenciados, especialmente jovens, penhor do nosso futuro".

Expresso, 21 de janeiro de 2014

2388 caracteres



Tem 15 minutos para se preparar para a Parte 1 e Parte 2.

Use apenas uma folha branca para tomar notas.

PARTE 1

O seu chefe, que neste momento está numa viagem de negócios, pede-lhe que explique a um colega seu o conteúdo do seguinte artigo, em português.

PARTE 2

Escolha e debata uma das seguintes questões com o examinador.

PARTE 3

Simule com o examinador a seguinte situação.

FOLHA DO EXAMINANDO

PARTE 1

Tema 4: Mercado de trabalho

Um rapaz de 17 já pode trabalhar, um homem de 50 ainda pode recomeçar

Por vezes, fica a impressão de que as sociedades escolhem o suicídio de forma livre e consciente. Portugal tem sido particularmente assíduo nesta escolha. Reparem numa coisa: num passado ainda recente, um português podia começar a trabalhar aos 12 ou 13 anos. Excessivo? Sim. Mas, de repente, passámos dos 8 ao 80 e diabolizámos o ensino profissional que era a chave do mercado de trabalho para os jovens de 17 anos que queriam começar cedo a vida adulta. Parecia que só se podia começar a trabalhar aos 25 ou ainda mais tarde. Ora, a sociedade que recusava o início da vida adulta aos 17 era a mesmíssima sociedade que achava bem que as pessoas se reformassem aos 55 ou 60.

Repare-se na conceção de sociedade que estava aqui em cima da mesa: apenas 30 anos de trabalho entre os 25 e os 55 e a ideia de que a reforma tinha de chegar cedo. Pior: partia-se do pressuposto de que uma pessoa de 50 anos já estava no final da vida ativa. Isto talvez fosse verdade na geração dos meus avós, mas hoje em dia é um absurdo. Com os avanços médicos e a evolução social das últimas décadas, a velhice não chega aos 50 anos. Como seria de esperar, esta paranoia teve consequências desastrosas.

Em primeiro lugar, sem acesso a um ensino especializado, centenas de milhares de jovens limitaram-se a "andar por aí" sem qualquer interesse pela escola e, em consequência, acabaram por cair no mercado de trabalho não-especializado. Em segundo lugar, a Segurança Social e a Caixa Geral de Aposentações estão cheias de reformados que ainda estão na casa dos 50 ou 60 anos. Em terceiro lugar, a sociedade passou a considerar que alguém de 40 ou 50 "já é velho" para recomeçar um segundo emprego. E este é talvez o drama maior, um drama que é o ato final do teatro do absurdo: somos uma sociedade envelhecida, não temos crianças, os jovens são e serão cada vez menos mas exigimos que adiem a entrada na vida adulta até aos 25 ou mais, temos centenas de milhares de desempregados entre os 40 e 60 mas ninguém contrata estas pessoas porque são consideradas velhas. Sim, isto é um suicídio em câmara lenta devidamente sublinhado pela banda sonora da modernidade. Estamos a morrer, mas somos moderníssimos.

PARTE 2

Escolha e debata uma das seguintes questões com o examinador.

- a) Que perigos as empresas *offshore* representam para a economia global?
- b) Quais são as responsabilidades dos países desenvolvidos para com os outros países?

PARTE 3

Simulação

É o presidente do conselho de administração de uma empresa que necessita de contratar um novo diretor-geral. Prefere eleger o vice-diretor para o suceder ou contratar uma nova pessoa, de fora da empresa? Os acionistas querem ouvir as suas perspetivas sobre as vantagens e desvantagens das duas opções.

FOLHA DO EXAMINADOR

PARTE 1

Tema 4: Mercado de trabalho

Um rapaz de 17 já pode trabalhar, um homem de 50 ainda pode recomeçar

Por vezes, fica a impressão de que as sociedades escolhem o suicídio de forma livre e consciente. Portugal tem sido particularmente assíduo nesta escolha. Reparem numa coisa: num passado ainda recente, um português podia começar a trabalhar aos 12 ou 13 anos. Excessivo? Sim. Mas, de repente, passámos dos 8 ao 80 e diabolizámos o ensino profissional que era a chave do mercado de trabalho para os jovens de 17 anos que queriam começar cedo a vida adulta. Parecia que só se podia começar a trabalhar aos 25 ou ainda mais tarde. Ora, a sociedade que recusava o início da vida adulta aos 17 era a mesmíssima sociedade que achava bem que as pessoas se reformassem aos 55 ou 60.

Repare-se na conceção de sociedade que estava aqui em cima da mesa: apenas 30 anos de trabalho entre os 25 e os 55 e a ideia de que a reforma tinha de chegar cedo. Pior: partia-se do pressuposto de que uma pessoa de 50 anos já estava no final da vida ativa. Isto talvez fosse verdade na geração dos meus avós, mas hoje em dia é um absurdo. Com os avanços médicos e a evolução social das últimas décadas, a velhice não chega aos 50 anos. Como seria de esperar, esta paranoia teve consequências desastrosas.

Em primeiro lugar, sem acesso a um ensino especializado, centenas de milhares de jovens limitaram-se a "andar por aí" sem qualquer interesse pela escola e, em consequência, acabaram por cair no mercado de trabalho não-especializado. Em segundo lugar, a Segurança Social e a Caixa Geral de Aposentações estão cheias de reformados que ainda estão na casa dos 50 ou 60 anos. Em terceiro lugar, a sociedade passou a considerar que alguém de 40 ou 50 "já é velho" para recomeçar um segundo emprego. E este é talvez o drama maior, um drama que é o ato final do teatro do absurdo: somos uma sociedade envelhecida, não temos crianças, os jovens são e serão cada vez menos mas exigimos que adiem a entrada na vida adulta até aos 25 ou mais, temos centenas de milhares de desempregados entre os 40 e 60 mas ninguém contrata estas pessoas porque são consideradas velhas. Sim, isto é um suicídio em câmara lenta devidamente sublinhado pela banda sonora da modernidade. Estamos a morrer, mas somos moderníssimos.

Expresso, 31 de março de 2014

(1795 carateres)

PARTE 2

- a) Que perigos as empresas *offshore* representam para a economia global?
- b) Quais são as responsabilidades dos países desenvolvidos para com os outros países?

PARTE 3

Simulação

Examinando: É o presidente do conselho de administração de uma empresa que necessita de contratar um novo diretor-geral. Prefere eleger o vice-diretor para o suceder ou contratar uma nova pessoa, de fora da empresa? Os acionistas querem ouvir as suas perspetivas sobre as vantagens e desvantagens das duas opções.

Examinador: É acionista de uma empresa que necessita de contratar um novo diretor-geral. Na reunião de acionistas pergunta ao presidente do conselho de administração sobre as vantagens e desvantagens de eleger um trabalhador da empresa ou de contratar uma nova pessoa, de fora.